

GT 02 Ciudades Latinoamericanas en el Nuevo Milenio

A DIALÉTICA DA INCLUSÃO-EXCLUSÃO SÓCIO-ESPACIAL EM UMA CIDADE DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Marly Gonçalves da Silva
Universidade Federal do Pará, Brasil
movict@oi.com.br

Resumo

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em curso que tem como propósito investigar de uma perspectiva sociológica o tempo longo de abandono, por parte do poder público, da área canalizada da Avenida Visconde de Inhaúma no bairro do Marco, em Belém do Pará, convertidas que foram as suas esquinas em um lixão de entulho a céu aberto, ainda que seja uma via residencial situada em um bairro histórico da cidade. Trata-se de análise baseada em informações produzidas através da aplicação de questionário junto a moradores, estruturado com perguntas abertas e fechadas, e pesquisa documental. Procura-se discutir o fenômeno na chave comparativa com os investimentos e projetos voltados a outras avenidas e obras no bairro e fora dele, procurando dar um sentido mais estrutural e articulado a este conjunto aparentemente fragmentado e desconectado de intervenções e não-intervenções, *gentrification*, revitalizações e abandonos na escala de um bairro.

Palavras-chave

Exclusão sócio-espacial, *gentrification*, familismo amoral

Abstract

This article presents the partial results of an ongoing research which intends to investigate, from a sociological point of view, the longrun governmental neglect of the Avenida Visconde de Inhaúma canal, in the district of Marco, in Belém do Pará, Brazil: although this residential avenue is located in a historical area, its corners were converted into rubble landfills. The analysis is based on documentary research and informations provided by means of applying a questionnaire to local residents. I try to discuss this phenomenon of governmental neglect by comparing it with the investments and urban projects focused on other avenues inside and outside the neighborhood, seeking a more structural and articulated meaning to this apparently fragmented and disconnected set of interventions and non-interventions, *gentrification*, renewals and abandonments.

Keywords

Socio-spatial exclusion, *gentrification*, amoral familism

1. Introdução

Na virada do século XIX para o XX, o intendente Antônio Lemos, com os recursos propiciados pelas exportações da borracha amazônica, remodelou a Belém antiga. Dentro das suas obras urbanísticas está o traçado de novo bairro, Marco da Léguas. No seu governo foi iniciada a rede de esgotos, o uso de iluminação pública, a transformação dos largos em praças ajardinadas, a ampliação dos calçamentos e a criação de Travessas e Avenidas com 20 e 40 metros de largura. O bairro foi denominado *Marco da Léguas* pelo fato de estar no limite da primeira “léguas patrimonial” da cidade.

O bairro do Marco passou por recorrentes reformas viárias desde a década de 60. Na última década, tais reformas foram feitas sob a justificativa oficial da necessidade de modernização da infraestrutura do sistema de tráfego de veículos, já que o bairro é atravessado pela Avenida Almirante Barroso, principal corredor viário de entrada e saída de veículos da cidade onde a quantidade de automóveis e motocicletas não para de crescer.



A Avenida Visconde de Inhaúma, diferentemente das avenidas centrais do bairro, não passou por reformas, nem serviços de manutenção do canal – dragagem e estrutura física – desde as obras do Programa de Macrodrenagem da Bacia do Una, na segunda metade da década de 1990, que canalizou o antigo igarapé e executou o projeto da via tal como hoje está, com duas faixas de tráfego e demarcação de ciclo-faixas nas laterais do canal. Esse abandono por

parte do poder público-estatal e por tão longo tempo tem gerado problemas aos moradores, sendo o principal deles a sujeira e a degradação urbanística do lugar, resultado do despejo diário de grande quantidade de *lixo de entulho* nas esquinas da parte canalizada, o que leva ao assoreamento do canal e outros infortúnios que o lixo lançado no espaço público acarreta aos moradores e transeuntes de um lugar. O que se percebe, é que a Avenida está situada num contexto de renovação urbana acelerada do bairro do Marco: hoje, é uma rua popular cercada de edifícios e negócios por todos os lados nas vias transversais e paralelas que já sofreram reforma urbanística nos últimos anos, como as Avenidas Marquês de Herval e Duque de Caxias. Neste sentido, ela constitui uma espécie de *ilha* em meio à expansão dos condomínios verticais de classe média.

Embora a Avenida já integrasse o universo de minhas observações etnográficas para fins de pesquisa de doutorado sobre reformas viário-urbanísticas no bairro do Marco¹, o que me levou efetivamente à decisão de fazer um estudo específico sobre ela foi o fato da mesma ter sido excluída do projeto de *Mapa Ciclístico de Belém* (ou Ciclo-Rota de Belém)², sem que nenhuma justificativa técnica viesse a público por parte do órgão planejador ou do prefeito, que esclarecesse tal decisão. O órgão e o prefeito simplesmente silenciaram a respeito, responsabilidade que se deve em parte à imprensa que, se perguntou, não noticiou, como se a Avenida Visconde de Inhaúma simplesmente não existisse na rede viária e ciclo-viária do bairro e do espaço intra-urbano de Belém. Vale registrar que a mídia local é *habituée* dos lixões urbanos, das ruas esburacadas, da ausência de calçadas e calçadas com pisos arrebitados ou com obstáculos físicos ao pedestre, das vias mal sinalizadas, dos acidentes de carros em canais, dos canais assoreados pela falta de limpeza, das ciclo-faixas apagadas, tudo o que acontece a olhos vistos na Visconde de Inhaúma mas, curiosamente, justo na hora em que os seus problemas deveriam ser lembrados e a sua exclusão do plano ciclo-viário questionada publicamente por protelar, mais uma vez, a solução dos mesmos, a mídia falha e a relega ao esquecimento. Portanto, quando se fala de espetacularização da miséria urbana podemos afirmar, sem risco de erro, que a Visconde de Inhaúma lá está incluída, simbolicamente, pelo jornalismo oficial e de classe que se faz na cidade.

¹ A tese tem como objeto de estudo as reformas e os projetos de reforma de duas Avenidas paralelas à Visconde de Inhaúma, a Duque de Caxias e a 25 de Setembro, conforme pode ser visto no Mapa. Cf. também Gonçalves da Silva, 2016.

² O projeto do Mapa, amplamente publicizado, visando angariar a simpatia e o voto dos grupos organizados de ciclistas nas eleições de 2016, foi criado pela Superintendência de Mobilidade Urbana de Belém–SEMOB, e lançado formalmente por ocasião da inauguração da ciclovia da Avenida Duque de Caxias, em fevereiro de 2015.

Da perspectiva sociológica, o que há de interessante neste episódio é que essa exclusão viária não foi um fato isolado. Ela veio acompanhada do seu contrário: a decisão de incluir no referido Mapa a antiga Avenida 25 de Setembro, através de um projeto denominado “Reurbanização da Avenida Romulo Maiorana” (nome atual da antiga “25”, imposto e rejeitado por moradores e comerciantes), onde, além de uma ciclovia, estavam previstas dezenas de outros equipamentos e espaços de uso público, como bicicletários, novas quadras de esporte (em substituição às antigas), praça de skate, 15 baias para estacionamento de quase 200 carros, praça infantil (a via já tem uma), academia de ginástica (a via já tem uma) e até playdog ou praça de cães, prevista para funcionar em uma das quadras mais sombreadas da avenida, um sub-bosque de mangueiras de porte médio, plantadas pelos moradores mais antigos (o projeto de praça de cães previa a eliminação da maioria delas). A exclusão, neste caso, tem o sentido de negação de um direito sanitário, urbanístico e paisagístico aos moradores de um lugar, lá onde há a necessidade premente de uma intervenção da autoridade público-estatal, para ao contrário, reafirmar o privilégio de inclusão no Mapa da cidade de uma Avenida que projeta o nome do seu mais famoso morador, as Organizações Romulo Maiorana, cujo parque gráfico que imprime o jornal *O Liberal* foi instalado em terreno na via³. Portanto, trata-se aqui de uma exclusão-negação, já que nada lhe será destinado, porque sua própria existência não é reconhecida pelo Estado, logo este nada lhe deve porque não se deve algo àquele que não se reconhece a existência. Ao mesmo tempo, ela que é reconhecida pela mídia nos seus rituais de espetacularização da sujeira, permanece excluída como acontecimento decisivo para o reconhecimento legítimo de sua existência e da necessidade de solução de seus problemas. Trata-se, portanto, de uma dupla exclusão: pelo Estado e pela imprensa, ainda que não haja um

³ O projeto, originado na Secretaria de Urbanismo do município (SEURB) e orçado em R\$ 14.669.223,87, foi tornado público na página da Prefeitura na Internet com imagens em 3 D e anunciado com euforia pelo Prefeito como uma grande obra de “rua de lazer”, no seu programa diário *Prestando Contas* da Rádio Cultura do Pará. Se executado, o projeto iria se sobrepor à Via-Parque, lá existente, prevista na Lei Municipal de Arborização de 2013 e que abriga um bosque linear ao longo de sua extensão, que foi em grande parte plantado, cultivado e preservado pelos moradores mais antigos, uma das razões pelas quais estes moradores reagem a todas as tentativas – parte delas frustradas – de “reurbanização” da mesma que ameaça a destruição do bosque. Com a quantidade de área construída no projeto anunciado, uma parte significativa da cobertura vegetal viria abaixo. A título de comparação, no caso da reforma da Avenida Duque de Caxias, a área verde perdida foi de 35%, conforme diagnóstico do projeto de reformas. E novas perdas de arborização aconteceram com a implantação da ciclovia em 2015. Tendo em vista esses abusos, decidimos reunir um grupo de moradores e entrar com uma Ação Civil Pública Ambiental na Promotoria de Probidade Administrativa do Ministério Público Estadual contra a Prefeitura, por entender que os investimentos estavam superfaturados para uma via em detrimento de outra, e conseguimos que a licitação do projeto de “reurbanização” fosse revogada. Criamos um movimento – “25 com os pés no chão/Caminhadas no Marco da Légua” com página no Facebook, onde denunciávamos o caso; abrimos outra frente de denúncia no blog do jornalista Lúcio Flávio Pinto, com postagem no dia 17 de agosto de 2015, intitulada “A exclusão urbanística no Marco”, e lutamos junto ao Ministério Público até que o projeto fosse extinto. Solicitamos Audiência Pública para discutir o redirecionamento dos recursos do Projeto de “reurbanização” para as melhorias da Visconde de Inhaúma, mas a nossa proposta não foi acatada pela Promotoria de Meio Ambiente, para onde o recurso foi ao final direcionado e arquivado sem atendimento ao nosso pleito.

dia em que jornais e telejornais locais não estampem a sujeira da cidade e, nos invernos amazônicos, o entupimento e transbordamento dos canais, a lama que invade as casas e o sofrimento das vítimas... Também não é novidade no Brasil que partidos de vertente social-democrática como o PSDB, quando no governo, privilegiam a aplicação dos recursos públicos em políticas, programas e projetos urbanos voltados às demandas e interesses da classe média e da burguesia em detrimento das classes populares, razão pela qual “a inversão de prioridades” foi a principal estratégia discursiva do Partido dos Trabalhadores quando lançou-se nas disputas eleitorais-municipais⁴.

A situação de abandono da Visconde de Inhaúma agravou-se nos últimos anos. Em 2012, quando fizemos o primeiro levantamento dos imóveis e das atividades econômicas em toda a extensão da via canalizada, identificamos dois pontos de lixo de entulho. Hoje, são oito ao longo de toda a via (as quinze quadras, incluindo a parte onde o canal passa a ser subterrâneo), com pontos bastante críticos na confluência das Travessas Humaitá e Curuzu.

2. Classe popular e suas condições de moradia na Visconde de Inhaúma

O perfil de classe dos moradores do canal da Visconde de Inhaúma pode ser conferido por alguns indicadores que apresentamos a seguir. O primeiro deles é o tipo de edificação que constroem para habitar. Conforme a Tabela 1, com dados referentes à totalidade dos imóveis ao longo das sete quadras do canal, quase a metade dos imóveis residenciais são de madeira, uma característica típica das habitações populares em Belém.

Tabela 1. Tipo de edificação dos imóveis na Av. Visconde de Inhaúma, entre as Travessas Antonio Baena e Mauriti (7 quadras - perímetro do canal).

		Lado ímpar (sentido bairro- centro)	Lado par (sentido centro- bairro)	Total Avenida
	Casa de madeira	53	55	108 (45,9%)
	Casa de alvenaria	65	57	122 (51,9%)
	Casa mista	2	3	5 (2,1%)
	Total de imóveis	120	115	235

Fonte: pesquisa de campo, julho de 2012.

⁴ Cf. Gonçalves da Silva (2009).

A pesquisa de campo, iniciada em 2012 - com o registro fotográfico da rua e do canal, a contagem dos imóveis e a descrição do tipo de construção das moradias -, foi retomada em 2016 com a aplicação de questionário-padrão junto a trinta (30) moradores, numa amostra aleatória, cujo critério foi a aceitação e a disponibilidade de tempo do entrevistado, no período de junho de 2016 a julho de 2017⁵.

A maioria dos moradores entrevistados nasceu em Belém, tem até o ensino Médio (80%), trabalha por conta própria (54,5%), é atendida pelos serviços de fornecimento de água, luz e rede de esgoto, mas não conta com estações de tratamento do mesmo, a exceção de poucos que investiram em instalações individuais na própria casa⁶. A coleta do lixo doméstico é regular e os informantes se dizem satisfeitos com este serviço; em contrapartida metade deles declarou insatisfação com a coleta de lixo de entulho que é o grande problema sanitário da avenida, depositado notadamente nas esquinas da área canalizada, ainda que tenhamos registrado focos ao longo de toda a Avenida, a exemplo de um grande lixão no canteiro central nos fundos da vila residencial da Aeronáutica no cruzamento da Visconde de Inhaúma com a Trav. Perebebuí. Segundo a maioria dos moradores (63.3%), a coleta do lixo de entulho é feita regularmente, mas acontece que a todo o momento carreteiros oriundos de outros bairros e outras ruas do entorno vêm despejar os resíduos. Para a maioria, o problema não reside na falta de coleta regular, mas na falta de uma ação efetiva para erradicação do problema por parte do poder

⁵ Participaram desta pesquisa e/ou da aplicação do questionário os seguintes alunos do curso de graduação da UFPA: os bolsistas do Programa Pibic-PróDoutor/UFPA Elvis Cunha e Beatriz Brasil Monteiro da Silva, e o estagiário da disciplina Estágio Supervisionado I do Curso de Ciências Sociais Kássio do Valle Carneiro; alunos da disciplina Sociologia Urbana do Curso de Ciências Sociais e alunos da disciplina Sociologia Geral e Urbana do Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental. O questionário tem quinze (15) páginas, está estruturado em sete (7) partes com sub-tópicos. A primeira parte inclui identificação do informante, escolaridade e moradia (condições de domínio do imóvel, estrutura arquitetônica e condições de habitabilidade). Segunda parte: ocupação, trabalho, emprego e renda (condições de ocupação antiga e atual, natureza da ocupação, tipo de atividade, desemprego, informalidade, aposentadoria e satisfação). Terceira parte: características sociais do grupo familiar (nº de famílias por domicílio, faixa etária, condições ocupacionais, despesas mensais, acesso ao sistema de crédito e grau de endividamento). Quarta parte: acesso aos serviços públicos de saneamento básico, abastecimento de água potável, rede e tratamento de esgotos, drenagem de águas pluviais, limpeza e coleta de resíduos sólidos, iluminação. Quinta parte: as condições de mobilidade urbana, segurança viária e aspectos paisagísticos. Sexta parte: as atividades de lazer, diversão e descanso. Sétima parte: o ponto de vista dos moradores acerca das causas dos problemas de natureza sanitária, ambientais e urbanístico-viários da Avenida e suas sugestões de solução. Dado a limitação de espaço, vamos nos deter apenas em alguns dos dados mais significativos para uma compreensão do problema objeto de discussão.

⁶ A ausência de uma política municipal de tratamento de esgoto e resíduos sólidos é um dos mais graves problemas no campo do saneamento básico e ambiental de Belém e dos municípios da região metropolitana. Em sua carta de demissão do cargo em março de 2007, o Secretário Municipal de Urbanismo, engenheiro sanitário Luís Otávio Mota da Costa, responsabiliza o então prefeito Duciomar Costa pelos problemas na área, denunciando “a ausência de projetos ou articulações que possibilitassem a participação [do município de Belém] em programas do governo federal, fundamentais para um município, que, de acordo com a afirmação de V.Ex^a, não tem recursos nem para coletar o lixo que produz (...), o uso inadequado dos equipamentos da macrodrenagem do UNA, repassados do Estado, e ainda a gestão predatória dos contratos de coleta de lixo e limpeza urbana”. cf. Amazônia Hoje, 2007.

público . Os moradores também destacam outros problemas: a ausência de lixeiras coletivas, contêineres e variação da via pública , a ausência de um trabalho de dragagem do canal, o que contribui para o seu assoreamento, e a não recuperação-manutenção das muretas de proteção do mesmo que estão em grande parte destruídas; segundo os moradores, esse problema é causado pela própria empresa concessionária que faz a coleta do lixo de entulho com maquinário impróprio (pá mecânica), o que destrói a proteção das muretas , expõe a estrutura de ferro que lhe dá sustentação e atrai meliantes que roubam esse material para vender.

Constatou-se que a grande maioria dos moradores-informantes mora em casa própria, é proprietária do imóvel (86%) e reside há mais de 30 anos no local. Essa informação é significativa, pois ela nos mostra que, ao contrário de uma vulnerabilidade imobiliária que poderia favorecer episódios de expulsão/remanejamento/migrações forçadas para a periferia, fenômenos que costumam ser provocados pela máquina imobiliária urbana e por processos de *gentrification*⁷, temos uma condição de estabilidade e segurança de moradia ao longo da extensão da avenida canalizada, ou seja, uma autonomia dos moradores no que tange à decisão de permanecer ou não residindo no local, em contraste com o que aconteceu recentemente com dezenas de famílias moradoras de uma Vila na Travessa do Chaco, às proximidades da Avenida-canal, que, mesmo sendo moradores antigos, tiveram que abandonar suas casas pelo fato de que, na condição de locatários, foram submetidos à decisão da família proprietária que vendeu a Vila inteira a uma empresa imobiliária que lá está construindo duas torres residenciais. A decisão da venda e a conversação entre proprietários e inquilinos, segundo entrevista com uma das moradoras que foram despejadas, estendeu-se por anos e anos e ao final foi muito difícil para os moradores deixarem suas casas, sem indenização, para ir morar em bairros bem mais distantes ou pagar aluguéis mais caros no mesmo bairro. A comparação dos dois casos serve para ilustrar como a propriedade do imóvel, não de moradores isolados, mas do conjunto deles, constitui-se uma importante barreira de contenção do avanço da especulação e do mercado imobiliário em bairros interclassistas em processos de renovação urbana, como o é o caso do bairro do Marco. Essa realidade também reforça a hipótese de que o lixão de entulho

⁷ Vários autores têm se dedicado à análise das particularidades que assumem os processos de *gentrification* no Brasil, a partir das matrizes teóricas produzidas na Europa e estudos de caso realizados neste e em outros continentes. Particularmente, nos parece interessante a argumentação de Otilia Arantes para entender o caso brasileiro e belenense, quando ela afirma que esse fenômeno entre nós tem sido mascarado por uma série de eufemismos próprios ao discurso dos urbanistas, como revitalização, regeneração urbana, reurbanização, requalificação, “mal encobrimdo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades”. Lembrando que *gentry*, em inglês, significa classe superior, portanto, um retorno das classes superiores a bairros e lugares antigos e históricos. Cf. Arantes, 2000.

é o que de fato mais fragiliza esse lugar de moradia popular, daí a relevância de seu estudo, a compreensão de suas causas e como os moradores enfrentam o problema.

3. Sobre o futuro próximo: quem vai comprar uma casa no meio do lixo?

Na tipologia das etapas de um processo de *gentrification* de um bairro, a desvalorização dos imóveis é tida como uma consequência direta do abandono do lugar por parte do poder público, com consequências para o patrimônio imobiliário do morador e sua família. O abandono levaria à estigmatização, serviço do qual a mídia se encarrega com as suas classificações de “lugar perigoso”, “zona vermelha”, etc., - e esta por sua vez leva à venda provocada pela pressão de grupos imobiliários. Em outras palavras, abandono, estigmatização, desvalorização do imóvel e assédio imobiliário de grandes grupos empresariais seriam momentos típicos de um processo de *gentrification*. Não é exatamente isto que está acontecendo na Avenida Visconde de Inhaúma: o abandono por tão longo tempo, caracterizado pela irresolução dos problemas aqui relatados, não tem levado, nem ao assédio e nem à venda dos imóveis, ainda que a estigmatização seja um fato constatado na pesquisa em diferentes situações. À pergunta feita aos moradores: “você acha que o acúmulo de lixo na avenida desvaloriza seu imóvel”, 86,6% responderam que sim. Visto como uma herança para os filhos, o imóvel, uma vez exposto ao lixo permanente, ao abandono sanitário da via por longo tempo, traz uma preocupação aos proprietários relativa à dificuldade que os filhos teriam se porventura tiverem necessidade de colocá-lo à venda. O morador pensa no comprador individual, naquele que adquire o bem para morar. Neste sentido a sua argumentação faz sentido. O que ele não percebe é que, na lógica do mercado imobiliário, a aquisição se faz para especular e investir; logo, a situação de abandono de uma via bem localizada, ao invés de ser um impedimento para os negócios especulativos, é ao contrario um facilitador, partindo-se da premissa de que a situação de abandono provoca a queda no preço dos imóveis. Todavia, se a maioria dos moradores reconhece que morar numa rua invadida pelo lixo e abandonada pelo poder público não é desejável por ninguém, há aqueles poucos que admitem que o lixo não influencia na valorização do imóvel, mas sim a sua *localização*. Se a localização é o fator primordial, a presença do lixo é secundária. Embora este tipo de resposta tenha sido estatisticamente insignificante, é importante tê-la em conta justamente porque ela expressa a lógica do valor de troca do imóvel, do imóvel como negócio e não de seu valor de uso. Em outras palavras, o que esses moradores querem dizer é que o lixo é o de menos para o mercado imobiliário; o que vale

mesmo é a localização, pois sabe-se que, uma vez que as grandes incorporadoras se apropriem dos imóveis, elas os colocam abaixo e, no lugar, montam os estandes de venda de suas torres, e no dia seguinte, não há mais lixo algum, de modo que um problema de décadas se resolve rapidamente da noite para o dia na Prefeitura, a mesma que protelou a sua resolução por anos e anos... Outra questão que o caso suscita, é até que ponto este tipo de pensamento antenado à ordem do mercado contribui para ampliar o horizonte de compreensão do problema pela coletividade; se incita de alguma forma a uma reflexão coletiva ou se mantém-se confinado como um saber privativo.

4. A sujeira não incomoda se não está na porta de casa?

À pergunta se o morador “se incomoda com o problema do lixo de entulho acumulado na esquinas e seu transbordamento para dentro do canal”, a resposta que obtivemos denota um claro reconhecimento, pela maioria, dos males e do desconforto que decorrem do acúmulo de sujeira na via pública, seja por se constituir um foco de doenças e possíveis epidemias, seja pelo desconforto ambiental e pela rasura estética da paisagem, seja pelo prejuízo à circulação adequada e segura dos moradores, transeuntes, motoristas e pedestres, na medida em que ele se estende das margens para o leito da via, seja pelo assoreamento do canal e sua consequência mais temida: o transbordamento de água suja nas situações de chuvas intensas e marés altas. Nesse particular, os moradores parecem bem informados naquilo que é essencial saber sobre os males decorrentes da falta de limpeza pública e sua manutenção. Todavia, não há no diagnóstico traçado por eles a ideia de que tal problema – de se converter a via e o canal em depósito permanente de lixo de entulho - se constitua em *crime ambiental* e como tal mereça uma intervenção do Estado, repressiva e/ou educativa, preventiva. Mas se eles não chegam a formular um diagnóstico nesses termos, isso também não diverge do tratamento dado pela mídia ao caso da Visconde e de outras vias, onde a questão do crime ambiental é pouco referida e debatida na sua eficácia ou não, relativamente à espetacularização da sujeira, que mais do que esclarecimento produz estigma, o que de certo modo exime o Estado de sua responsabilidade, pelo menos em parte. Ou seja, se é fato que é da responsabilidade do Estado a resolução dos problemas de natureza pública, essa responsabilidade não é de todo atribuída a ele, nem pelos moradores e nem pela mídia. E se não o é ela recai no indivíduo, seja na figura do carreteiro ou do próprio morador. Em outras palavras, o diagnóstico do problema feito pelo morador e feito pela mídia se equivalem. Ora, se os moradores não têm uma clara e segura compreensão de

quem é efetivamente a responsabilidade pela resolução do problema, quais as consequências políticas disso para a coletividade que o enfrenta?

Os poucos moradores que responderam não se incomodar com os focos de lixo nas esquinas alegam a distância física entre o lixo e a sua casa, e a sua própria ausência de casa (e da rua) na maior parte do tempo, devido à longa jornada de trabalho. Ou seja, se o lixo está na esquina e não na “porta de casa”, não incomoda; incomodaria se estivesse na “porta de casa”, ou se o morador permanecesse em casa por muito tempo. Em que pese a inexpressividade estatística dessa resposta, ela é significativa para uma das questões que nos interessa discutir nessa pesquisa, que é a questão da inércia dos indivíduos frente a uma situação de humilhação social que lhes é imposta pelo Estado. Se por um lado esse tipo de resignação, insulamento e indiferença à má sorte do vizinho que mora na esquina, comumente definida na sociologia como *familismo amor* por Banfield (Reis, 2010)⁸, em contraponto à solidariedade social, é admitida por tão poucos a um estranho, sem reservas, por outro lado, a sua revelação é um indicador de tensões e dificuldades de aproximação solidária entre os moradores em decorrência das posições antagônicas assumidas entre estes e a maioria dos que declaram se debater com a situação que afeta o cotidiano de todos.

À segunda pergunta, de uma série de quatro, se “é possível mudar essa situação”, o percentual dos que responderam sim se fez com quase a mesma alta frequência (63,3% contra 66,6%) da resposta positiva à pergunta anterior, o que sugere uma expectativa de mudança da situação, mas que paradoxalmente conflita com a resposta de apenas 20% que declararam já ter havido “alguma iniciativa dos moradores no sentido de resolver a situação” que os incomoda, contra 63,3% que disseram não. No caso de “iniciativas para resolver o problema da sujeira e do assoreamento do canal e da destruição de suas muretas de proteção”, o percentual de respostas positivas caiu ainda mais, chegando ao patamar de 10%, contra 80% que declararam nada ter sido feito por eles.

Mas esses mesmos moradores que, na ordem de 93,3%, declararam se sentir “lesados com o problema do lixo”, responderam também que se “o governo não toma providências para

⁸ Edward Banfield (1958) criou a expressão *familismo moral* para dar conta de uma situação em que a solidariedade social e o sentimento de pertencimento não se prolongavam fora do ambiente da família, ou seja, a expressão designava um *éthos* que excluía a colaboração fora do circuito restrito da família, a solidariedade cívica, a associação na esfera pública. Tal comportamento, encontrado entre moradores do povoado de Montegrano no sul da Itália, representaria, para Banfield, uma espécie de “desajustamento” aos tempos modernos. Imprensada entre os novos e os velhos modos de comportamento social, a população local abandonou seus sentimentos básicos de confiança mútua, e retirou-se defensivamente para os limites de seus círculos mais íntimos. Como diz Elisa Reis, “se a comunidade tradicional, de épocas anteriores, já era coisa do passado, os costumes mais modernos de associação para a defesa de interesses comuns – uma atitude que traria grandes resultados em outros lugares – ainda não haviam deitado raízes na região” (Reis, 2010:2).

resolver o problema do lixo de entulho, do assoreamento do canal e da destruição das muretas”, tal omissão deve-se, segundo eles, à discriminação de classe social (50%) e ao fato dos políticos e governantes só agirem movidos pelo poder, pelo interesse no voto ou pela corrupção (23,3 %). Essa percepção bastante aguda da *condição de classe* – expressa em respostas do tipo “porque são pessoas de baixa renda que moram aqui” ou “estão se interessando onde tem *barão*” - como razão principal pela qual o Estado não investe na resolução dos seus problemas, associada ao entendimento de que os políticos locais são movidos pelo imperativo de estratégias eleitoreiras e práticas corruptas - expressas nas respostas “só querem saber do voto, só aparecem na época da eleição”, “não se preocupam em cumprir suas promessas de campanha”, e ainda, “porque são corruptos e não se importam” - aponta para uma consciência da sua condição social que se revela justamente no julgamento moral que fazem do governo da cidade e seus protagonistas na esfera eleitoral. Ao mesmo tempo, essa constatação nos instiga a indagar acerca do que pode tal tomada de consciência por parte de moradores, em termos de uma ação coletiva a favor de seus direitos sociais no campo sanitário, urbanístico e paisagístico, num contexto de divergências internas e difusas quanto ao diagnóstico da situação, e de desconfianças e descrédito na própria ação política?



O lixo de entulho que destruiu o asfalto e ocupa o leito da Avenida Visconde de Inhaúma, na esquina da Travessa Curuzu. Ao lado, o canal da Visconde arborizado, no trecho entre as Travessas Humaitá e Vileta. Fotos da autora, out. 2017.

5. Enigmas ...

Nas terceira, quarta e sexta perguntas que integram um bloco de questões referentes ao ponto de vista dos moradores quanto ao incômodo cotidiano provocado pela situação de abandono da via, a posição do governo em relação ao problema, os prejuízos sociais, econômicos e morais decorrentes do abandono e as iniciativas dos moradores em busca de

soluções, é curioso perceber o contraste quantitativo entre aqueles que se dizem lesados pelo problema crônico do lixo de entulho e do abandono do canal e da via (93,3%), e as iniciativas concretas visando ao enfrentamento do problema (20% para o caso do lixo de entulho e apenas 10% para o caso do assoreamento do canal e destruição de suas muretas). Entre os que se sentem lesados, a maioria alega razões de ordem sanitária e epidemiológica (o mal-estar e impedimentos causado pelo fedor, “quer sentar [na porta da casa], não dá, fede”; “pode causar doenças e a frente da casa fica suja”, “prejudica a área da saúde”; outros alegam seus direitos tributários (“porque há pagamentos de impostos e não tem retorno”, “sim, a gente paga IPTU, a gente tem direito”) e há os que alegam valores estéticos (“sim, porque a rua fica feia e com odor ruim”) ou com a representação negativa na mídia (“sim, porque passa uma imagem ruim da rua”). Há ainda aquele que na condição de eleitor ativo se sente traído pelo candidato eleito (“sim, porque só vem em tempo de eleição”, “discriminação... muita gente votou no PSDB”).

Aqui percebe-se a expressão multidimensional do problema vivido, como os moradores sentindo-se afetados por diferentes formas de constrangimento e abuso de poder; a mais emblemática e significativa, sem dúvida, é o malogro da representação política, tal como vigora na dita democracia liberal, a frustração com o crédito do voto dado em confiança e não por poucos... As respostas seguintes à pergunta três, se já houve alguma iniciativa dos moradores no sentido de resolver o problema, como já dissemos, não têm a mesma força de expressão que as denúncias, à exceção de uma que permanece no campo da denúncia grave, e oferece uma justificativa para a ausência de reação coletiva, organizada: “*Não, os traficantes inibem os moradores de falar sobre o lixo, por conta da visibilidade do local*”. Para outro morador, “*a polícia faz batida, só não entra no lugar certo, sabe lá porquê*”. “Lei do silêncio”, inércia, imobilismo, comodismo? Essa foi a questão recorrente que se colocava na medida em que avançava a pesquisa de campo. Se há insatisfação, indignação, aborrecimento cotidiano, ano após ano, e o problema só vai se agravando, se há uma compreensão e um diagnóstico razoável do mesmo por um grupo de moradores, por que não há ação coletiva? Por que não há protestos, vias interditadas, queima de pneus, em um lugar de acesso estratégico ao maior hospital da rede privada de Belém, rede de supermercados, torres de classe média, academias frequentadas pela “nova” classe média que cada vez mais habita no entorno da via, etc... E os tais elos de solidariedade moral de classe, de que nos fala a teoria marxista? Ao que parece, estamos diante de uma situação em que há uma clara autoconsciência de moradores de que o abandono a que foram relegados pelo Estado é determinado pela condição de classe social, mas há também nesse território de moradia constituído de muitas vielas e passagens, uma estratégia de autoproteção de traficantes de drogas que consiste em amedrontar aqueles que através de uma

luta contra o lixo podem colocar em risco a segurança dos negócios ilícitos. Uma problemática que, sem dúvida, não se colocava para os teóricos marxistas do século XIX que pensaram a relação de determinação entre classe social, ação coletiva e consciência de classe. As demais respostas que se agregam àquela, impactante e enigmática, vão desde o individualismo (“não, cada um cuida da sua vida, poucos se interessam pelo problema”, “os moradores não têm iniciativa”) às relações conflituosas de vizinhança (“os moradores são muito desunidos e só defendem interesses próprios”) até o segundo malogro político: o fechamento do centro comunitário por apropriação indébita dos recursos financeiros do mesmo por parte de sua última diretora, que, com os recursos desviados, segundo informaram, construiu uma grande casa na própria via (“não, o centro comunitário fechou”, “não tem centro comunitário, a gente sente falta”).

6. Os próprios moradores vão plantando... Ação paisagística na via pública.

Uma das descobertas mais interessantes da pesquisa foi a frequência com que a *arborização* da via-canal aparece na resposta dos moradores à pergunta: “o que poderia melhorar a paisagem e o embelezamento da avenida”? Nas respostas espontâneas, “o plantio de árvores no canal” aparece com quase a mesma frequência que a resposta “limpeza da rua e do canal”, ou seja, 33% e 40%, respectivamente. De fato, os moradores não só vêm fazendo plantios de mudas de forma sistemática nos últimos anos em todas as quadras, com concentração em algumas, o que traz uma ventilação maior para a frente das suas casas, como o fazem seguindo alguns critérios comuns a projetos paisagísticos feitos por especialistas para as avenidas revitalizadas do bairro, a exemplo do plantio de árvores sombraeiras, árvores frutíferas e árvores que atraem a avifauna. As espécies plantadas são mangueiras, jambeiros, coqueiros, ingazeiros, jenipapeiros, acerola e outras cujas folhas e frutos têm valor medicinal. Para uma moradora, “tudo o que planta, pega”. Essa iniciativa que, conforme já visto em pergunta anterior, está relacionada, não apenas ao prazer estético, mas também ao sombreamento e conforto térmico, contrasta com a progressiva supressão das áreas verdes do bairro, inclusive as árvores de calçada que têm a função de sombreamento para o pedestre, pelo modelo de intervenção urbanística da construção civil de um modo geral e dos grandes empreendimentos em particular⁹. A título de exemplo, este adensamento de árvores plantadas no canal nos últimos cinco anos contrasta com o caso do hospital privado Saúde da Mulher, que

⁹ Uma análise detalhada deste fenômeno encontra-se no capítulo II, item 2.3, da minha tese (Gonçalves da Silva, 2016).

sofreu, no mesmo período, uma enorme expansão de sua área construída, implicando o sacrifício de grandes e antigos quintais que abrigavam árvores portentosas, para dar lugar a um super-estacionamento, que, mesmo a céu aberto, não possui nenhuma vegetação, sendo o piso integral de cimento, o que expande a porção de área impermeabilizada dos terrenos do bairro em detrimento de sua área plantada e de drenagem das águas pluviais, o que concorre para agravar a situação dos alagamentos na baixada do bairro¹⁰. Na pesquisa etnográfica no bairro nos chamou a atenção este *éthos* ecológico comum aos moradores mais antigos da Avenida 25 de Setembro – hoje um parque linear legal - e também aos moradores da Avenida Marquês de Herval, no bairro limítrofe da Pedreira, que cultivam plantas nos canteiros das avenidas onde moram¹¹. Desta feita, o gosto pelas plantas e o plantio das árvores às margens do canal parece ser o elo mais forte e visível de aproximação entre os moradores da Visconde e os de outras Avenidas paralelas, embora haja aqueles que são contrários a esta prática, defendam até o asfaltamento total da via com a supressão do canal, eliminando assim aquilo que dá à Avenida sua singularidade e beleza, para a maioria deles.

7. Considerações Finais

A conclusão paradoxal que o caso do abandono da Avenida Visconde de Inhaúma enseja é que, embora se trate de uma avenida bem localizada em um bairro histórico da cidade, um bairro planejado, com largas avenidas, travessas e canteiros generosos que abriga monumentos que integram o patrimônio arquitetônico, histórico e paisagístico da cidade, de fácil acesso e ampla rede de instituições e serviços públicos e privados, não há a presença de um agente que se interesse pela resolução do problema vivido pelos seus moradores e moradoras. Não é só a ausência do Estado expressa na omissão silenciosa de sua responsabilidade pública e dever

¹⁰ Matéria publicada pelo jornal Estado de São Paulo sobre as características urbanísticas dos municípios brasileiros, levantadas no Censo IBGE de 2010 (pesquisa por domicílio), aponta que Belém e Manaus – as metrópoles da Amazônia – têm os piores índices de arborização entre as cidades com mais de um (1) milhão de habitantes, sendo que a carência é “acentuada em domicílios pobres”. O que é interessante aqui destacar é que os moradores da Avenida Visconde de Inhaúma, ao tomarem a iniciativa do plantio no canal onde moram, estão contrariando a tendência apontada no Censo, enquanto o empresariado que atua no bairro, notadamente da construção civil e do comércio, está indo no sentido contrário ao promover a desarborização sistemática dos terrenos onde constroem. O mesmo acontecendo com a atuação da Companhia Elétrica do Pará-CELPA, que nos últimos anos tem adotado uma prática agressiva de podagem das árvores de calçadas no bairro e na cidade, o que tem agravado o problema de exposição solar dos pedestres e o aumento da temperatura ambiente para os moradores das casas térreas ainda muito comuns nas avenidas e travessas residenciais do bairro. Cf. Jornal Estado de São Paulo, 2012. O prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, disse em Informe Publicitário da Revista Veja que na sua gestão, no primeiro mandato (2013-2016), ele transformaria Belém “na cidade mais arborizada do Brasil”, o que foi por nós contestado no último ano de seu mandato, quando o saldo que se tinha era mais devastação que arborização, à exceção de iniciativas como a dos moradores. Cf. Gonçalves da Silva, 2015.

¹¹ Idem, Cap. III.

constitucional - desde a Secretaria de Saneamento e Mobilidade Urbana do Município até o Ministério Público Estadual. Para além do Estado, não há representação político-partidária (vereadores) da oposição ao governo, nem daqueles que se dizem de esquerda, embora a sede da Câmara Municipal fique a poucas quadras dali; não há militância no campo da educação política ou comunitária; não há Igreja, nem ação ecumênica que expresse uma preocupação com o desassossego vivido no cotidiano dos moradores, embora exista mais de um templo por quadra na Avenida; não há terceiro setor que atue seja na esfera social, sanitária, viária, ambiental ou paisagística. Não há um espaço de sociabilidade política próprio do lugar, onde os problemas e as inquietações comuns ao coletivo de moradores possam ser pautados e discutidos, pois o Centro Comunitário a que alguns se referiram nas conversas está abandonado há anos, e em vias de desabar, sem que haja projetos de reconstrução do imóvel. Residiria ou não nesta ausência de agentes públicos, de uma na esfera pública ativa, e não apenas público-estatais, a maior vulnerabilidade daqueles moradores das classes populares, já estabelecidos em suas moradias, diante da ameaça sempre presente nos bairros históricos, seja pelo avanço da máquina imobiliária ou dos processos de *gentrification* em curso, aqui e alhures? Nesse particular talvez devêssemos nos indagar, quantas *Viscondes de Inhaúma* existem em bairros históricos de Belém... e por que tanta invisibilidade institucional, pública e política, por parte de diferentes agentes em lugares tão expostos pela localização estratégica na cidade. No plano teórico, estamos inclinados a avançar uma problematização nos termos colocados por Jeová Martins acerca dos modelos de dominação que operam no *campo* urbanístico. Uma das mais polêmicas conclusões de sua tese e que merece investimentos de pesquisa sociológica crítica, me parece ser a seguinte: na constituição do *campo* urbanístico opera

uma divisão horizontal do trabalho de dominação da metrópole, que sugere a especialização do “direito à cidade” como controlador dos meios de gestão para a promoção da pacificação interna entre dominantes e dominados, enquanto que a “cidade-mercado” se especializa como produtora de objetos adaptados à economia global. Por essa ótica, embora ocupem posições antagônicas no campo, esses modelos, quando transpostos para a sociedade de classes, encontram-se mais em solidariedade orgânica no trabalho de dominação organizada da metrópole do que propriamente em confronto (Martins, 2006: 288).

A iniciativa e o título de um dos três eixos temáticos do primeiro seminário internacional-America Latina & Caribe de direito urbanístico, organizado por um *pool* de instituições e especialistas na área, do México, Brasil, Chile e Equador, a realizar-se em março próximo em Iquitos, a saber: “Estratégias jurídicas conjuntas entre las poblaciones segregadas, el Estado y la prática privada, para combatir la segregación a través del empoderamento legal”, é emblemático da assertiva formulada por Martins e também da relativamente baixa autonomia do *campo* urbanístico em relação a outros *campos* mais autônomos e estruturados, conclusão do autor que arremata aquela primeira.

Referências

- ARANTES, Otília & MARICATO, Hermínia VAINER, Carlos (orgs.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis , Vozes.2000
- BIDOU-ZACHARIASEN, C.(org) .De volta à cidade :dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização dos centros urbanos . São Paulo , Anablume, 2006 .
- DELGADILLO, Victor. Urbanismo a la carte:teorias, políticas , programas y otras recetas urbanas para ciudades latino-americanas.Caderno Metrópole, n.13, 2014.
- FRUGOLI Jr, H. & SKLAIR, J. O bairro da Luz em São Paulo : questões antropológicas sobre o fenômeno da *gentrification* .Cuadernos de Antropologia Social, n.30, set/dez.2009.
- LEITE, Rogério P. . Contra-usos da cidade :lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea .2ª ed. Campinas. Editora UNICAMP, 2007.
- GONÇALVES DA SILVA, Marly. *Marco da Léguas: a topografia da (in)diferença e as metamorfoses urbanísticas em um bairro interclassista em Belém*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2016.
- _____. “A exclusão urbanística no Marco”. Blog do Lúcio Flávio Pinto. *A agenda amazônica de um jornalismo de combate*, Cidades, 17/08/2015.
- _____. Informe e mentira. Blog do Lucio Flavio Pinto. *A agenda amazônica de um jornalista de combate*. Cidades, 21/08/2015.
- _____. Os trabalhadores na política: táticas e estratégias de luta politico-partidária na Amazônia. Sociedade & Cultura , Goiânia, v.12,n.1,p.79-90, jan/jun.2009.
- JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO . 1 em cada 3 pessoas vive em casas sem árvores por perto . Caderno Cidades/Metrópole . 26 de maio de 2012 .,p.c4 .

MARTINS, Jeová Dias. *As regras da metrópole: Campo Urbanístico e Ordem Social na Região Metropolitana de São Paulo (1988-2005)*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Abril 2006.

PINTO. Lucio F. Obra na Avenida é suspensa .Blog do Lucio Flavio Pinto. *A agenda amazônica de um jornalismo de combate*. Cidades, 27/08/2015

REIS, Elisa. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. Disponível online. Consulta em 26 de outubro de 2016.

SECRETÁRIO ENTREGA CARTA DE DEMISSÃO. *Amazônia Hoje*, 14/03/2007, p. 3.